
Contribuições da Psicologia Social na produção de conhecimentos em dez anos do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSJ

Marcos Vieira-Silva

Cássia Beatriz Batista

Marcelo Dalla Vecchia

Isabela Saraina de Queiroz

Luiz Gonzaga Chiavegato Filho

Introdução

O Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPSI) foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em julho de 2007 e sua primeira turma começou a funcionar em março de 2008, com 14 alunos. A proposta do Mestrado surgiu como uma decorrência da consolidação de três grupos de pesquisa do Departamento de Psicologia (DPSIC) da UFSJ, a saber: Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (Lapip)¹, Núcleo de Pesquisa e Extensão em Psicanálise (Nupep)² e Laboratório de Pesquisa em Saúde Mental (Lapsam)³. Vale ressaltar que o DPSIC/UFSJ havia feito um grande investimento na qualificação de seus docentes e que os três grupos já desenvolviam práticas de pesquisa, extensão e produção de

1 <https://ufsj.edu.br/lapip/index.php>

2 <http://www.nupep.ufsj.edu.br/>

3 <http://www.lapsam.ufsj.edu.br/>

conhecimentos em consolidação desde os anos 1990. Em seus primeiros anos o programa contava com três linhas de pesquisa: Processos Psicossociais e Socioeducativos; Saúde Mental: Estudos Experimentais e Epidemiológicos; Conceitos Fundamentais e Clínica Psicanalítica: Articulações.

A linha de pesquisa⁴ proposta pelo Lapip, Processos Psicossociais e Socioeducativos, se propunha a investigar: Construção e transmissão do conhecimento em contextos sociais; intervenção psicossocial e socioeducativa; políticas públicas; trabalho e organizações; saúde; diversidade e inclusão; risco e autonomia; subjetividade e manifestações artístico-culturais. A linha de pesquisa era desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Conhecimento, Subjetividade e Práticas Sociais, inscrito no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Desde sua criação o programa conta com apoios e financiamentos de agências de fomento, principalmente CNPq, Capes e Fapemig, com bolsas para pesquisadores⁵ e alunos da pós-graduação, apoio a eventos e participação em congressos. O corpo docente atual é composto por 23 professores entre permanentes, colaboradores e recém-doutores. A primeira dissertação defendida no programa, “Identidades de afro-descendentes: estratégias de resistência e manifestações de preconceito como motores de um processo em produção”, orientada pelo professor Marcos Vieira-Silva, foi premiada no ano de 2010, no 2º Concurso de Teses, Dissertações e Artigos da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso).

4 O corpo docente foi constituído pelos seguintes professores: Marcos Vieira-Silva, Carlos Henrique de Souza Gerken, Valéria Heloísa Kemp, Kety Valéria Simões Franciscati, Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo, Maria Nivalda de Carvalho-Freitas, Ruth Bernardes de Sant’Ana, Walter Melo Júnior, Rita Laura Avelino Cavalcanti e Dener Luís da Silva.

5 No período de março de 2007 a abril de 2009, contamos com a participação da professora Maria Lúcia Miranda Afonso como pesquisadora visitante-bolsista da Fapemig, que participou inclusive da construção da proposta do programa. Já no período de março de 2009 a março de 2014, contamos com a presença da professora Marília Novais da Mata Machado, pesquisadora visitante e bolsista Fapemig, no primeiro ano, e Capes/PVNS nos três anos restantes. Como bolsistas PNPD-Capes em estágio pós-doutoral, de janeiro a junho de 2015, tivemos o professor Robson Nascimento da Cruz e desde julho de 2017, contamos com a professora Daiana Paula M. Baroni.

A partir de 2016 houve uma reorganização das linhas de pesquisa e a implantação de um novo currículo do curso. As novas linhas foram denominadas: Linha 1 – Fundamentos teóricos e filosóficos da Psicologia, que compreende o estudo de pressupostos teóricos, filosóficos e epistemológicos das influências formadoras do campo da psicologia e seus diversos desdobramentos na produção do conhecimento e das práticas. Linha 2 – Instituições, Saúde e Sociedade⁶, que compreende o estudo das relações do homem com a sociedade, ambiente e instituições e das questões referentes à educação, saúde e desenvolvimento humano, a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas.

Nossa linha de pesquisa foi marcada, desde o seu início, pela articulação permanente com a produção de conhecimentos em Psicologia na região dos Campos das Vertentes, a partir de reflexões e investigações sobre as práticas que eram demandadas e desenvolvidas em articulações e parcerias com políticas públicas em várias cidades da região. Desde a criação do Lapij, foi pensando a Psicologia como disciplina voltada para intervenções permanentes no cotidiano da vida social, e não mais exclusivamente como prática acadêmica de laboratório, que nós consideramos a história da produção do conhecimento da psicologia social, clínica, do trabalho e educacional, e a consequente afirmação de dois conceitos de laboratório. Um deles atribuindo ao laboratório o lugar de produção de um conhecimento passível de controle e previsão por parte dos pesquisadores. Outro propondo que a própria vida em sociedade constituiria o *locus* privilegiado de investigação para a produção de conhecimento concreto sobre o homem e sua cultura. Nesse sentido, o laboratório era concebido como lugar de trabalho, de produção do conhecimento, que prescindia da necessidade de previsão e controle para se legitimar como ciência. Optamos, então, pela ideia de laboratório enquanto espaço coletivo de produção e transmissão do

6 Atualmente a linha 2 conta com os seguintes docentes: Andréa Carmen Guimaraes, Cássia Beatriz Batista (coautora do presente capítulo), Celso Francisco Tondin, Isabela Saraiva de Queiroz (coautora), Larissa Medeiros Marinho dos Santos, Luiz Gonzaga Chiavegato Filho (coautor do presente capítulo), Marcelo Dalla Vecchia (coautor), Marcos Vieira-Silva (autor), Maria Nivalda de Carvalho-Freitas e Walter Melo Junior.

conhecimento, articulado organicamente com os processos sociais (GERKEN; PASSOS; SILVA; KEMP, 2001).

Inserido no Lapip, o Centro de Documentação e Pesquisa em História da Psicologia (CDPHP) contempla atualmente o acervo do Laboratório de Psicologia da Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras de São João del-Rei, o acervo Professora Elizabeth de Melo Bomfim e parte dos acervos da Sociedade Mineira de Psicologia e da Regional Minas Gerais da Associação Brasileira de Psicologia Social (Abrapso Minas).⁷ Acredita-se, desde a criação do Lapip, em junho de 2000, que se tinha uma dívida científica com os criadores do antigo laboratório da Faculdade Dom Bosco, que, nos anos de 1950, haviam sido os precursores da intervenção psicossocial na região dos Campos das Vertentes. Mais do que o resgate histórico de um trabalho importante e inovador para a época de sua realização, esse Centro de Documentação representa a possibilidade de investigação e produção de conhecimentos sobre a História da Psicologia no Brasil, e o reconhecimento das origens e identidade do Lapip e do próprio Curso de Psicologia da UFSJ.

Desde o início do PPGPSI, contamos com a procura de profissionais formados na própria UFSJ e em outras universidades da região e do Estado de Minas Gerais, que vinham trabalhando com Psicologia ou áreas afins. Na produção desenvolvida, tanto pelos programas de pesquisa como pelas dissertações defendidas, também foram contemplados temas e categorias temáticas da Psicologia Social e da própria Psicologia, em articulações com outros campos das Ciências Humanas, Sociais e da Saúde. Atualmente existe uma séria apreensão de todo o corpo docente do PPGPSI com a atual conjuntura política e com as possibilidades/ameaças de redução de investimentos, algumas já em curso, que pairam sobre as universidades públicas brasileiras, bem como com as perspectivas anunciadas de perdas de direitos e de políticas públicas de saúde, educação e desenvolvimento social, que atingem parcelas significativas da população brasileira.

⁷ <http://cdphplapip.wixsite.com/ufsj>

Apresentação e análise de dados

Para conhecer a produção científica do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSJ nesses 10 anos de existência, visitamos, no início de 2019, o banco de dissertações no site institucional, reservatório dos trabalhos completos desde 2009⁸. Selecionamos os trabalhos dos professores do Lapij e da atual linha 2, dando contorno aos trabalhos da perspectiva psicossocial. Selecionamos assim 98 dissertações das quais analisamos títulos, resumos e palavras-chaves. Conforme o levantamento inicial, dividimos os trabalhos em quatro grandes campos temáticos, a saber: (a) Saúde coletiva, saúde mental e álcool e outras drogas; (b) Gênero, raça e direitos humanos; (c) Trabalho e (d) Sujeitos, formação cultural e educação. Buscamos identificar e analisar nos resumos sua temática, referencial teórico e metodologias adotadas.

Saúde coletiva e saúde mental, álcool e outras drogas

Um volume expressivo de 24 dissertações foi defendido no PPGPSI-UFSJ abarcando os campos temáticos de Saúde coletiva e de saúde mental, álcool e outras drogas. Nesse sentido, vale observar que a história de institucionalização da Psicologia como profissão no país passou por uma relação íntima do campo de atuação com atividades de gestão e assistência em saúde e saúde mental, álcool e outras drogas desenvolvidas em hospitais gerais, enfermarias psiquiátricas, ambulatorios de saúde mental, unidades básicas de saúde etc. (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). Uma marca importante dessas dissertações é um claro predomínio de objetos de pesquisa que emergem de trajetórias de atuação: estágios profissionalizantes, extensão universitária e prática profissional.

Cabe ressaltar que as dissertações aqui incluídas adotam um recorte específico: há um relevante conjunto de dissertações do PPGPSI produzidas na área de Saúde mental, álcool e outras drogas a partir de pesquisas que recorreram a estudos psicométricos, adotando metodologia quase que exclusivamente

⁸ <https://ufsj.edu.br/ppgpsi/dissertacoes.php>

quantitativa, com base na aplicação isolada de escalas. Sem a pretensão, nessa oportunidade, de aprofundar esse debate, foram privilegiadas na presente análise dissertações que se perfilam à denominada Psicologia Social Crítica (ou latino-americana, ou abrapiana). Isso implica, em linhas gerais, em se adotar uma multiplicidade de referenciais teóricos e metodológicos oriundos de áreas afins das Ciências Humanas e Sociais (Sociologia, Antropologia, História etc.), e em se recorrer a uma postura crítica dos grupos e instituições sociais – no sentido de investir na análise de suas contradições, conflitos e ambiguidades (FERREIRA, 2010; MEIRA, 2012).

Do total de 24 dissertações analisadas, 17 encontram-se no campo da Saúde mental, álcool e outras drogas, e sete na Saúde Coletiva. Almeida Filho (2011), ao buscar conceituar o processo saúde-doença e seus fenômenos relacionados, ressalta as tensões envolvidas na delimitação desse objeto. Para o autor, “saúde” é simultaneamente (1) um “problema”, requerendo uma compreensão necessariamente polissêmica; (2) um “fenômeno”, abarcando um estado ou uma situação, dinâmica, e por isso passível de atribuição de juízos de valor; (3) uma “medida”, abrangendo graus e magnitudes, porém multideterminada e que, como tal, requer considerar condicionantes sociais, políticos e econômicos; (4) uma “ideia”, abarcando definições radicadas na reflexão antropológica e no estudo de seus sentidos e significados, com relevância para a prática profissional; (5) um “valor”, ou seja, um bem social e jurídico com base no qual se estruturam medidas político-econômicas, visando seu acesso, e (6) um “campo de práticas”, objetivado em distintos campos com base em diversos paradigmas constitutivos. Almeida Filho (2011), assim, evidencia um amplo conjunto de aspectos relacionados ao indivíduo, aos grupos e às coletividades humanas que tangencia e integra o objeto “saúde”, multiplicidade que se expressa nas dissertações aqui revisadas.

Observou-se que praticamente dois terços dentre as 17 dissertações da área de Saúde mental, álcool e outras drogas foram desenvolvidas com base em pesquisas empíricas realizadas junto da rede de atenção psicossocial. Tais pesquisas enfocaram prioritariamente temáticas relacionadas aos desafios da

implementação, funcionamento e/ou consolidação dos serviços substitutivos que emergiram a partir da Reforma Psiquiátrica Brasileira e da assistência à saúde mental no Brasil. Adotando a tipologia proposta por Amarante (2011), as dissertações abrangem aspectos (a) técnico-assistenciais, como o acompanhamento terapêutico, o recurso às artes como meio para a reabilitação psicossocial, a inclusão social de pessoas com problemas com álcool e outras drogas, a saúde mental infanto-juvenil, as relações entre saúde mental e atenção básica e a implementação de serviços; (b) jurídico-políticos, como a cidadania das pessoas em sofrimento mental e os aspectos ideológicos que permeiam a reforma psiquiátrica; (c) socioculturais, como a medicalização social, o lugar da família e dos familiares na luta antimanicomial e a história e a memória da luta antimanicomial, e (d) teórico-conceituais, como identidade, processo grupal e afetividade, além da problematização da clínica em serviços abertos com base na psicologia analítica.

Há uma significativa diversidade de referenciais teóricos que subsidiam as dissertações: psicologia analítica, teoria crítica (Escola de Frankfurt), pós-estruturalismo (Michel Foucault, Gilles Deleuze, Felix Guattari), teoria ator-rede e psicologia sócio-histórica (Silva Lane, Ignacio Martín-Baró, Antonio Ciampa, Bader Sawaia). Metodologicamente, predominaram estudos de caso (comparativos ou não), mas também se recorreu à revisão de literatura e aos métodos hermenêutico, biográfico e cartográfico. Uma variedade de instrumentos e técnicas de pesquisa foi utilizada: análise documental, entrevistas (individuais ou grupais), observação participante, análise documental e história de vida.

No que se refere às sete dissertações da área de Saúde Coletiva, considerando o recorte anteriormente mencionado, trata-se de trabalhos com marcante singularidade com relação à temática, contexto e atores sociais enfocados: análise do trabalho real *versus* prescrito dos agentes comunitários de saúde; intersetorialidade nas políticas públicas de assistência social, educação e saúde; aspectos psicossociais do tratamento da diabetes; contribuições da medicina antroposófica para a desmedicalização; participação popular em saúde; proces-

sos grupais na atenção primária à saúde e aspectos ideológicos da promoção da saúde.

Quanto ao enfoque teórico, observa-se a presença de autores consagrados em duas áreas do campo da Saúde Coletiva (OSMO; SCHRAIBER, 2015): (1) ciências sociais e humanas em saúde, e (2) política, gestão e planejamento em saúde. Nota-se, porém, que nesses estudos são enfatizados aspectos psicossociais desde a perspectiva da Psicologia Social Crítica: atividade, identidade, processos grupais, estudo de sentidos e significados, ideologia etc. Metodologicamente, foram realizadas pesquisas bibliográficas e análise documental, porém, também predominam (tanto quanto nas dissertações na área de Saúde mental, álcool e outras drogas) estudos de caso empírico, desenvolvidos ou não com base em pesquisas-ação (intervenção psicossocial). Instrumentos e técnicas de pesquisa também comportam a mesma ampla variedade descrita acima com relação às dissertações da área de Saúde Mental.

Gênero, raça e direitos humanos

Nos dez anos (2009 a 2018) de produção do curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei foram defendidas 17 dissertações no campo dos estudos de gênero, raça e direitos humanos. Essas dissertações foram desenvolvidas em áreas afins ao campo da Psicologia Social, como educação, saúde mental, assistência social e sistema prisional, cujos objetos e problemas de pesquisa revelam questionamentos oriundos das realidades locais das quais emergiram os estudos: dentre eles, os dispositivos da assistência social, acolhimento institucional, população em situação de rua e medidas socioeducativas. As áreas de conhecimento envolvidas na produção das pesquisas incluíram, além do campo específico da psicologia social, a psicanálise, psicologia escolar, do desenvolvimento e experimental. Autores como Michel Foucault, Erving Goffman, Sílvia Lane, Sigmund Freud e Paulo Freire foram tomados como teóricos de referência em boa parte dos estudos, e metodologias qualitativas (intervenção psicossocial,

pesquisas de inspiração etnográfica, com uso de observação participante, diários de campo, entrevistas, grupos focais e análise documental como métodos de produção de dados e, em menor número, quantitativas (com uso de escalas) foram utilizadas na produção das pesquisas.

Dentre as dissertações produzidas ao longo desse período, apenas duas estão inseridas no campo dos estudos de raça: a primeira discutindo processos identitários de afro-descendentes, sob a perspectiva da Psicologia Social, e utilizando o método de intervenção psicossocial. A segunda discutindo fracasso escolar de crianças negras, sob a perspectiva da psicologia escolar, utilizando como método a perspectiva interacionista e a análise do contexto de sala de aula, com vistas à problematização do papel da categoria raça na produção do fracasso escolar. Cabe ressaltar que estas duas únicas dissertações que tomaram raça como campo de estudos foram defendidas nos primeiros anos do curso de Mestrado, em 2009 e 2012, respectivamente, revelando incipiente produção do programa nesse campo.

Campos e Gomes (2016), ao discutirem a produção recente das ciências sociais sobre raça a partir dos artigos publicados nos últimos vinte anos (1994-2013) sobre o tema pelas principais revistas acadêmicas nacionais, apontam que o advento das ações afirmativas raciais suscitou uma enorme polêmica pública que envolveu vários setores da sociedade, dentre eles, as ciências sociais. A implementação das cotas remodelou a agenda de pesquisa desse campo, promovendo em decorrência disso um incremento no número de pesquisas ao seu redor, tanto pelo impacto causado pelo debate quanto pelo aumento de estudantes negros nas universidades, que trouxeram seu interesse pelo tema, ampliando a demanda por formação na temática racial (LIMA, 2014). Tendo em vista as poucas dissertações sobre essa temática defendidas no PPGPSI, a UFSJ parece não ter seguido essa tendência nacional. Nesse sentido, Minella chama a atenção para o fato de que, mesmo nos estudos do campo do gênero e suas intersecções com raça, as cientistas pioneiras são, em geral, brancas e oriundas de famílias de imigrantes europeus, revelando as dificuldades de mulheres não brancas para ingressarem no ensino formal e, mais especificamente, no

nível superior. Durante séculos essas dificuldades atingiram de modo geral as mulheres, sem distinção de classe e de raça/etnia. A ausência de mulheres não brancas no ensino superior pode ser um fator explicativo para o baixo número de dissertações sobre a temática racial nos programas de pós-graduação.

Das 17 dissertações produzidas no período analisado, cinco desenvolveram a temática de gênero, em áreas distintas do conhecimento, como a psicologia social (pesquisa qualitativa com utilização de entrevista e intervenção psicossocial), experimental (pesquisa quantitativa com utilização de escala), escolar (pesquisa de inspiração etnográfica) e psicanálise (pesquisa teórica). Em algumas delas, gênero é utilizado como sinônimo de sexo (com masculino e feminino sendo tomados como referentes a homem/mulher). Tal orientação de trabalho mantém o binarismo de gênero, pois, ao tomar masculino e feminino como características inerentes, não problematiza as categorias “homem” e “mulher”, desconsiderando que tratam-se de constructos subjetivos (ou ficcionais) (SCOTT, 1995).

Sobre isso, autoras como Judith Butler (2003) propõem que a materialidade do corpo também está sujeita à construção. Para ela, não há motivo para pensarmos que os gêneros devam permanecer como dois, revelando que “a presunção de um sistema binário de gênero retém implicitamente a crença em uma relação mimética do gênero com o sexo” (BUTLER, 2003, p. 08). Ao contrário disso, quando pensamos a posição de gênero como radicalmente independente do sexo, o gênero passa a ser um atributo que flui livremente, com a consequência de que o “masculino” e o “feminino” podem dizer respeito a corpos de qualquer sexo, isto é, tanto machos quanto fêmeos (IZQUIERDO, 1998; BUTLER, 2003). Essa perspectiva também é encontrada nas dissertações defendidas no programa, especialmente naquelas orientadas pela teoria psicanalítica que, a partir da perspectiva subjetiva, propõem uma contribuição para o debate social ao pensar para além de uma posição feminina já prefixada em nomeações e condutas.

Ressalta-se ainda que as dissertações defendidas, ainda que façam menção ao fato de que ser homem ou mulher produz diferenças no campo social e nas trajetórias identitárias e profissionais, com análise dos modos de subjetivação de mulheres a partir da teoria foucaultiana, por exemplo, nem sempre tomam o próprio gênero como categoria central de análise, ou seja, assumindo-o como “elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, [...] e uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Gênero também foi utilizado em algumas dissertações apenas como referência a recorte de objeto, sendo analisado exclusivamente como fator identitário que colabora para o modo como os sujeitos significam e elaboram suas ações cotidianas.

Dez dissertações defendidas no período situam-se na área dos direitos humanos, mais especificamente no campo da assistência social, abordando temáticas relativas ao Sistema Único de Assistência Social, sistema de garantia de direitos, proteção social básica, centros de referência da assistência social, medidas socioeducativas, acolhimento institucional de crianças e adolescentes, sistema prisional e população em situação de rua, sendo essas as temáticas mais desenvolvidas pelos pesquisadores. Metodologias predominantemente qualitativas foram adotadas nesses estudos – intervenção social com oficinas em dinâmica de grupo, pesquisa participante de inspiração etnográfica, estudo de caso clínico, estudo de caso com utilização de entrevistas, grupos focais, observações, diários de campo e análise documental. E abordagens teóricas do campo social-crítico (Ignácio Martin-Baró, Sílvia Lane, Bader Sawaia, Mary Jane Spink, Erving Goffman, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Norberto Bobbio), do modelo bioecológico do desenvolvimento humano (Urie Bronfenbrenner), da saúde coletiva (Emerson Merhy), da criminologia crítica (Alessandro Baratta) e psicanalítico (Sigmund Freud, Jacques Lacan) foram preponderantes.

As pesquisas realizadas na área dos direitos humanos exploraram um leque extenso de desafios institucionais frequentemente presentes no campo, tais como a produção de identidades socialmente estigmatizadas pelas instituições de acolhimento; itinerário da família na rede de proteção social do sistema de

garantia de direitos marcado pela ausência ou inadequação de ações de acompanhamento e socialização; embates e conflitos históricos presentes no exercício profissional do psicólogo na assistência social; aplicação dos poderes disciplinar e pastoral, tais como propostos por Michel Foucault, como alternativa para superar condições que representam vulnerabilidades sociais; a necessária tomada de posição pelo sujeito em relação ao desejo por trás da demanda socioassistencial endereçada ao CRAS; as constantes dificuldades da população em situação de rua no acesso aos serviços formais de saúde; e experiência de inclusão psicossocial nem sempre alcançada pelos ex-recuperandos da APAC, pois mesmo sem reincidência no crime ou no sistema penal, sua reintegração/inclusão social não se efetiva de maneira completa.

Sugestões metodológicas e políticas para o trabalho no campo psicossocial e dos direitos humanos também são apontadas nas dissertações: a ampliação das discussões históricas e teóricas sobre integralidade no âmbito da política de assistência social e fomento ao desenvolvimento de políticas intersetoriais no município e de integração da rede socioassistencial; as interações pessoais no desenvolvimento de adolescentes em situação de acolhimento e a constatação de que a ciência deve estar fundamentada na vivência e no contexto das pessoas; e a importância da leitura singular da medida socioeducativa, para que se torne possível compreender a função do ato infracional para os sujeitos adolescentes, abrindo a possibilidade de elaboração de respostas aos seus impasses com a civilização.

Trabalho

Analisar as contribuições de investigações desenvolvidas no curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGPSI) para o desenvolvimento do campo da Psicologia do Trabalho é uma tarefa essencial, especialmente no momento em que a ciência e a tecnologia progredem vertiginosamente nos mais diversos rumos, ameaçando, justamente o clássico objeto deste campo: as relações do homem com o trabalho institucionalizado.

Historicamente, no Brasil, houve o predomínio de uma visão pragmática e utilitarista da Psicologia do Trabalho, razão pela qual desenvolveram-se mais intensamente práticas e intervenções que privilegiavam a dimensão regulatória das situações de trabalho. O objetivo primordial era, e ainda é, a previsão e o controle de cada segmento do comportamento humano, sem considerar o seu encadeamento em estruturas dotadas de sentido histórico. Ficavam de lado, também, os sentidos e as nossas motivações mais profundas para o trabalho, ambos interligados aos nossos interesses individuais e coletivos. Ou seja, trata-se de uma abordagem que procurava entender o trabalho, no interior da tradição taylorista, como instrumento da produção, atendendo predominantemente a demanda dos gestores. No âmbito dessa perspectiva, a maioria dos estudos e pesquisas abordava questões ligadas à eficiência do desempenho para a produção (dimensão regulatória), como por exemplo, a questão da liderança, a cultura organizacional, a qualidade na produção, o vínculo com o trabalho e as competências (MALVEZZI; CODO, 2007).

Em menor proporção, a partir dos anos 1970 e 1980, desenvolveram-se estudos que entendiam o trabalho como instrumento de realização do sujeito, focados na compreensão da relação homem-trabalho, na construção dos sujeitos e na diminuição das desigualdades. Essa visão privilegiava, portanto, uma dimensão emancipatória do trabalho e as principais temáticas estão ligadas à própria Psicologia Social; à Saúde do Trabalhador; às relações entre saúde mental e trabalho; e a questões de sentido e significado do trabalho (MALVEZZI; CODO, 2007). Na mesma época, métodos e técnicas da ergonomia foram introduzidas no Brasil com a proposta de se contrapor aos ditames tayloristas, à organização racional e aos velhos métodos da psicologia do trabalho (SEMINERIO, 1981).

Foi justamente dentro dessa perspectiva teórica que, ao longo dos primeiros dez anos do curso de Mestrado do PPGPSI, foram concluídas vinte dissertações. As temáticas abordadas podem ser reunidas da seguinte forma: sentidos e significados do trabalho (cinco dissertações); valores, concepções e percepções associadas à deficiência/diversidade e o seu processo de inclusão nos ambientes

de trabalho (13 dissertações); e carreira e organização do trabalho (duas dissertações). Cada uma, a seu modo, procurou desenvolver estratégias em prol de ambientes de trabalho mais inclusivos e saudáveis. Ou seja, procurou contribuir para o desenvolvimento de espaços coletivos para a reflexão e avaliação dos sentidos das ações produzidas, que levem em consideração a variabilidade humana presente nas situações laborais, com vista a ampliar o poder de agir dos coletivos de trabalho sobre as atividades.

No entanto, apesar dos aspectos positivos e promissores que já foram abordados, há ainda muitos desafios, incertezas, questionamentos e problemas no mundo do trabalho que fomentam reflexão e análise. Nos últimos anos, entre as tendências que merecem nossa atenção destacam-se duas, as quais, de certa forma, estão relacionadas entre si: o aumento da desigualdade socioeconômica mundial e a combinação entre tecnologias digitais e a globalização econômica (VALSINER, 2007; 2009). Sobre a desigualdade socioeconômica, em que pese os limites dos dados à disposição, é possível afirmar que ela está se aprofundando, favorecida, principalmente, por um sistema econômico e produtivo que recompensa mais a riqueza do que o trabalho. Já a associação entre as tecnologias digitais e a globalização econômica acelerou a precarização do trabalho, a diminuição dos direitos trabalhistas e afetou profundamente, em toda a sua extensão, determinados setores industriais, eliminando uma série de categorias de emprego. Por conta de tais tendências, o trabalho está se tornando uma atividade descontínua e fragmentada (TEIXEIRA, 2018).

Evidentemente, é preciso ficar atento à oferta de explicações simples e soluções definitivas para a compreensão dessa nova realidade, feitos pela mídia escrita e falada, pois o trabalho não acabará, mas a era do trabalho pode estar desaparecendo, bloqueando o caminho para a realização pessoal. Teremos de encontrar outras formas de nos situar no mundo e de encontrar sentido na vida. Em 2017, as Academias Nacionais de Ciências, Engenharia e Medicina dos Estados Unidos publicaram um relatório sugerindo o desenvolvimento de estudos para se conhecer melhor os impactos das tecnologias da informação na sociedade americana. Além de uma breve caracterização do contexto dessa

nova era digital, o relatório apontou para uma série de questões e tópicos que poderiam ser abordados, dentro dos mais variados campos do saber. Nessa agenda de pesquisa multidisciplinar, indagam, por exemplo, sobre a taxa e a extensão em que a natureza do trabalho pode mudar; sobre os impactos negativos da tecnologia na força de trabalho, em termos de oportunidade de emprego; sobre a distribuição de renda e riqueza, educação, experiências de trabalhadores e áreas relacionadas. Os objetivos são monitorar e entender esse fenômeno para auxiliar na elaboração de políticas públicas que auxiliem no seu enfrentamento (NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING AND MEDICINE, 2017).

Enfim, esses são alguns questionamentos e reflexões ainda sem respostas que precisaremos enfrentar se o propósito for contribuir para o desenvolvimento de ambientes de trabalho inclusivos, sustentáveis e dignificantes. Para tanto, penso que é fundamental a adoção de uma postura cética diante desse cenário e a superação de alguns vieses ideológicos que por ventura possam nos atrapalhar, pois trata-se de um momento histórico de muita insegurança econômica, física e política. Como nos alerta Judt, “a insegurança alimenta o medo. E o medo – da mudança, do declínio, dos desconhecidos e de um mundo estranho – está corroendo a confiança e a interdependência nas quais se apoiam as sociedades civis” (JUDT, 2011, p. 21).

Sujeitos, formação cultural e educação

Em 2016, o PPGPSI passou por algumas mudanças em seu projeto pedagógico quanto se instituiu a linha Instituições, Saúde e Sociedade. Antes disso, boa parte da produção da Psicologia Social se alocava na linha intitulada Processos Psicossociais e Socioeducativos. As dissertações que estamos analisando são dessas duas linhas. Já descrevemos a produção nos campos temáticos saúde coletiva e saúde mental, álcool e outras drogas; gênero, raça, etnia e direitos humanos; e trabalho.

Na delimitação sobre sujeitos, formação cultura e educação, identificamos 37 dissertações publicadas nos dez anos de produção do programa. Os trabalhos trazem os sujeitos em desenvolvimento em diferentes momentos da vida; como bebê, criança, adolescente, jovem, adulto e idoso. Em alguns dos trabalhos, a psicologia do desenvolvimento e a psicologia educacional e escolar são áreas de conhecimento presentes, com algumas contribuições da psicologia ambiental. Das dissertações defendidas no período da análise, oito discorreram sobre a temática do idoso, enfatizando questões consonantes com a realidade social brasileira em seu processo de envelhecimento bem como sobre as políticas públicas de atenção aos idosos.

Diante do quadro de poucos estudos brasileiros sobre envelhecimento, necessita-se de incentivos para compreender o processo de envelhecer e a formação de profissionais voltados para a atenção a esse segmento da população (FALCÃO; ARAÚJO; PEDROSO, 2016; ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016; CARVALHO; HENINGTON, 2015; XAVIER; KOIFMAN, 2011). A garantia dos direitos do idoso com ênfase em sua proteção e atenção assistencial, já que a maioria dessa população possui baixa renda econômica, está prevista no Estatuto do Idoso e na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (BRASIL, 2006). Nessa direção, ressaltam-se as contribuições psicossociais do Programa de Pós-graduação em Psicologia ao sustentar debates sobre as instituições de longa permanência, identidade e autonomia do idoso, estigma, preconceitos e projeto de vida.

Outro destaque são os estudos sobre educação principalmente os processos de inclusão social e escolar. Onze dissertações trazem questão da escola ou educação problematizando a educação inclusiva, desenvolvimento criativo, práticas de letramento, tecnologias digitais, segurança escolar, formação de professores e o ensino superior. Observa-se que as escolas públicas são os campos de pesquisa-intervenção mais escolhidos. A educação inclusiva constitui um campo de pesquisas estabelecido e consistente no cenário nacional, mais atualmente fortalecido pela discussão da medicalização da educação, referencial ainda incipiente no contexto das dissertações. A produção do fracasso escolar e dos

distúrbios e conseqüentemente, dos diagnósticos e tratamentos para os escolares tem sido veementemente questionado por pesquisadores brasileiros como Meira (2012) e Ribeiro e Viégas (2016), que denunciam o processo de estigmatização dos alunos e de responsabilização deles pela sua não aprendizagem, gerando de outro lado, a desresponsabilização dos professores com pouca capacitação para atuar com as mais diversas patologias criadas. O reencontro com esse debate na educação resgataria a Psicologia Histórico-Cultural para nossas reflexões e produções.

A formação do sujeito de forma mais abrangente é apontada nas pesquisas sobre arte, criatividade, ludicidade e cultura em oito dissertações. Em diálogo com a formação cultural, temos dissertações com estudos sobre brincar e brinquedos, artesanato e criação artística, manifestações culturais, com destaque para a música em quatro dissertações. A proximidade da Psicologia com o curso de licenciatura em Música da UFSJ favorece pesquisas na área, além da característica musical da cidade de São João del-Rei.

Dentre os resumos das dissertações analisadas, 16 delas são fundamentadas na Teoria Ator-Rede (TAR) e na Teoria Crítica. Aparecem em seguida as dissertações pautadas nos estudos sobre identidade e no modelo bioecológico, abrangendo 12 dissertações. As metodologias adotadas em sua quase totalidade foram de cunho qualitativo, de inspirações etnográficas, cartográficas e na pesquisa-ação, com métodos de observação, diários de campo, produção de vídeos, entrevistas coletivas e práticas grupais. Ainda que prevaleçam as entrevistas semiestruturadas (18), os estudos conceituais e teóricos, com análise de produção científica também são presentes nas dissertações. Encontramos uma diversidade de documentos analisados nas dissertações: imagens, literatura, relatórios de estágio, *posts* da rede social virtual Facebook, portarias e normas institucionais ou mesmo políticas públicas. São citadas também narrativas, memórias e história oral na produção das dissertações, mesmo que de modo incipiente, e mapas afetivos e mapas dialógicos em coletas de dados.

Boa parte das dissertações apresentam indicações políticas, programáticas e estratégicas para a realização de ações na perspectiva psicossocial tanto na área da educação quanto na assistência aos idosos. Notam-se poucas pesquisas com foco nas famílias, tema correlato tanto à educação quanto aos idosos.

Quatro professores do programa orientaram 31 das dissertações analisadas com referenciais teórico-metodológicos em TAR, Teoria Crítica, Identidade e Bioecologia. São oito dissertações com referencial em TAR e a mesma quantidade em Teoria Crítica, e ambas as perspectivas abordando jogos digitais e cibercultura como objetos de pesquisa. Observam-se poucos estudos referenciados na psicologia histórico-cultural, na perspectiva institucionalista e na psicologia comunitária que, somados, não chegam a cinco.

Uma parte expressiva dos trabalhos se vincula aos projetos de extensão universitária, assim como alguns estudos derivam do Serviço de Psicologia Aplicada da UFSJ. Esses campos de pesquisa revelam um compromisso com a comunidade e uma indissociabilidade entre pesquisa e extensão. Interessante ressaltar que a produção científica do programa se volta às realidades locais como a região do Campo das Vertentes ou mesmo São João del-Rei.

Considerações finais

O PPGPSI-UFSJ preza pela indissociabilidade no tripé da formação universitária verificado nas dissertações defendidas em dez anos, com perfil diversificado de abordagem dos professores-orientadores que integram sua prática de pesquisa, aos seus projetos de extensão e disciplinas na graduação e pós-graduação.

O compromisso social da universidade com a produção de conhecimentos local que reflita na prática de muitos profissionais e gestores atuantes na educação, na saúde, na assistência social, segurança pública, direitos humanos e espaços de trabalho de diversos municípios de pequeno porte e de comunidades mineiras próximas de São João del-Rei tem presença marcante. Acreditamos que têm,

também, contribuições e articulações para e com as questões mais amplas da realidade das condições socioculturais e das políticas públicas do nosso país. Essa característica vem ganhando consistência com a criação de linhas de pesquisas ou agregação de programas de pesquisa e núcleos de estudos que utilizam novas estratégias metodológicas e de compreensão e análise de questões globais que são experimentadas em contextos afastados das grandes cidades, em uma produção própria que gera valor pelo seu impacto local e em rede de universidades e municípios e pela postura ética que prioriza.

Com uma trajetória reconhecida em estudos psicossociais, em 2018 o PPGPSI agregou novos professores e aprovou o curso de Doutorado, o que, acreditamos, cria possibilidades para a ampliação de sua produção científica, com avanços na formação de mestres e doutores e crescimentos na produção de impactos para as políticas públicas e para o desenvolvimento da sociedade em geral.

Referências

- ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (Orgs.). **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.
- ALMEIDA FILHO, Naomar. **O que é saúde?** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.
- AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.
- BRASIL. Portaria n. 2.528, de 19 de outubro de 2006. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa**. Brasília, DF: Brasil, 19 out. 2006.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPOS, Luiz Augusto; GOMES, Ingrid. Relações raciais no Brasil contemporâneo: uma análise preliminar da produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994-2013). **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 85-116, set.-dez., 2016.
- CARVALHO, Claudia Reinoso Araujo de; HENNINGTON, Élide Azevedo. A abordagem do envelhecimento na formação universitária dos profissionais de saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 417-431, jun. 2015.
- FALCÃO, Deusivania V. da S.; ARAÚJO, Ludgleydson F. de; PEDROSO, Janari da Silva (Orgs.). **Velhices: temas emergentes nos contextos psicossocial e familiar**. Campinas: Alínea, 2016.

FERREIRA, Maria Cristina. A psicologia social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 26, n. esp., p. 51-64, 2010.

GERKEN, Carlos Henrique S.; PASSOS, Izabel C. F.; SILVA, Marcos Vieira; KEMP, Valéria Heloísa. Criação do laboratório. **Boletim do LAPIP - Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial**, São João del-Rei, v. 1, n. 1, 2001.

IZQUIERDO, M. J. **El malestar en la desigualdad**. Madrid: Cátedra, 1998.

JUDT, Tony. **O mal ronda a terra**: um tratado sobre as insatisfações do presente. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LIMA, Márcia. A obra de Carlos Hasenbalg e seu legado à agenda de estudos sobre desigualdades raciais no Brasil. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 4, p. 919-933, 2014.

MALVEZZI, Sigmar; CODO, Wanderley. Os rumos da psicologia organizacional e do trabalho no Brasil. **Diálogos**. Brasília, v. 4, n. 5, p. 28-31, 2012.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. A crítica da psicologia e a tarefa da crítica na psicologia. **Revista Psicologia Política**. São Paulo, v. 12, n. 23, p. 13-26, 2012.

_____. Para uma crítica da medicalização na educação. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 135-142, 2012.

MINELLA, Luzinete Simões. Temáticas prioritárias no campo de gênero e ciências no Brasil: raça/etnia, uma lacuna? **Cadernos Pagu**, v. 40, p. 95-140, jan.-jun. 2013.

NATIONAL ACADEMIES OF SCIENCES, ENGINEERING AND MEDICINE. **Information Technology and the U.S. Workforce: where are we and where do we go from here?** Washington, DC: The National Academies Press, 2017.

OSMO, Alan; SCHRAIBER, Lília Blima. O campo da saúde coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 24, n. supl. 1, p. 205-218, 2015.

RIBEIRO, M. I. S.; VIÉGAS, L. S. A abordagem histórico-cultural na contramão da medicalização: uma crítica ao suposto TDAH. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 157-166, jun. 2016.

SEMINERIO, Franco Lo Presti. Présent et futur de la psychologie du travail au Brésil. In: Goguelin, P. (Org.). **Présent et futur de la psychologie du travail**. Paris: EAP, 1981.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

TEIXEIRA, João Fernandes. **O pesadelo de Descartes: do mundo mecânico à inteligência artificial**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI. **Banco de dissertações do PPGPSI**. Disponível em: <<https://ufsj.edu.br/ppgpsi/dissertacoes.php>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

VALSINER, Jaan. **Culture in minds and societies**. Foundations of Cultural Psychology. New Delhi: Sage Publications, 2007.

VALSINER, Jann. Integrating Psychology within the globalizing world: a requiem to the post-modernist experiment with wissenschaft. **Integrative Psychological and Behavioral Science**, Aalborg, v. 43, n. 1, p. 1-21, 2009.

XAVIER, Alex da Silva; KOIFMAN, Lilian. A educação superior no Brasil e a formação dos profissionais de saúde com ênfase no envelhecimento. **Interface: Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 15, n. 39, p. 973-984, out. 2011.

YAMAMOTO, Oswaldo H.; OLIVEIRA, Isabel F. de. Política social e psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 26, n. esp, p. 9-24, 2010.